

Desigualdades sociais na caracterização dos casos de HIV/Aids em Alagoas

Social inequalities in the characterization of HIV/Aids cases in Alagoas

 DOI: 10.5281/zenodo.8023823

 ARK: 57118/JRG.v6i13.614

Recebido: 16/04/2023 | Aceito: 10/06/2023 | Publicado: 01/07/2023

Victória Khrystty Calheiros de Amorim¹

 <https://orcid.org/0009-0005-0014-5802>

 <https://lattes.cnpq.br/4721899475283933>

Centro Universitário Cesmac, AL, Brasil

E-mail: victoria_calheiros@hotmail.com

Carla Cláudia Guilherme da Silva Marques²

 <https://orcid.org/0009-0008-7545-7706>

 <https://lattes.cnpq.br/7355790051102360>

Centro Universitário Cesmac, AL, Brasil

E-mail: carlaclaudia@hotmail.com

Rosa Caroline Mata Verçosa de Freitas³

 <https://orcid.org/0000-0002-6859-519X>

 <http://lattes.cnpq.br/5707412783533780>

Centro Universitário Cesmac, AL, Brasil

E-mail: rosamataverçosa@hotmail.com



Resumo

O HIV/AIDS é um grave problema de saúde pública no Brasil, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade social, como o Nordeste. Neste contexto, as desigualdades sociais são fatores determinantes na caracterização desses casos.

Objetivo geral: Analisar as desigualdades sociais em saúde na caracterização dos casos de HIV/AIDS no estado. **Método:** Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo, retrospectivo de abordagem quantitativa e socioeconômica dos casos de HIV/AIDS no estado de Alagoas no período entre 2010 a 2021. **Resultados e Discussão:** De acordo com os dados reunidos, foram notificados 5.566 casos de HIV/AIDS no Sistema de Informação de Agravos de Notificação. **Conclusão:** O perfil epidemiológico dos casos de HIV/AIDS no estado de Alagoas entre os anos de 2010 e 2022, são de jovens entre 15 e 25 anos, do sexo masculino, de cor parda, com ensino fundamental incompleto e heterossexual.

Palavras-chave: HIV. Desigualdade Social. Epidemiologia.

¹ Graduação em andamento em Enfermagem pelo Centro Universitário CESMAC, FEJAL, Brasil.

² Mestrado em andamento em Enfermagem pelo Centro Universitário CESMAC, FEJAL, Brasil

³ Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestra em Ensino na Saúde pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Medicina da UFAL. Especialista em Infectologia pelo Programa de Residência em Enfermagem da Universidade de Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Especialista em Gestão em Saúde Pública pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Faculdade Estácio de Alagoas. Foi Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Estácio de Alagoas. Atualmente, professora titular do Centro Universitário CESMAC e Enfermeira do Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE/AL).

Abstract

*HIV/AIDS is a serious public health problem in Brazil, especially in regions of high social vulnerability, such as the Northeast. In this context, social inequalities are determining factors in the characterization of these cases. **General objective:** To analyze the social inequalities in health in the characterization of HIV/AIDS cases in the state. **Method:** This is an epidemiological, descriptive, retrospective study of quantitative and socioeconomic approach of HIV/AIDS cases in the state of Alagoas in the period between 2010 and 2021. **Results and Discussion:** According to the data gathered, 5,566 cases of HIV/AIDS were reported in the Notifiable Diseases Information System. **Conclusion:** The epidemiological profile of HIV/AIDS cases in the state of Alagoas between 2010 and 2022 are of young people between 15 and 25 years old, male, brown, with incomplete elementary education and heterosexual.*

Keywords: HIV. Social Inequality. Epidemiology.

1. Introdução

Este estudo tem como objeto a análise das desigualdades sociais na caracterização dos casos de HIV/AIDS em Alagoas. O interesse pela temática surgiu durante a realização de estudos, trabalhos e nos estágios relacionados à disciplina saúde coletiva. Diante disso, as pesquisadoras sentiram a necessidade de aprofundar os estudos relacionados às pessoas que vivem HIV/AIDS.

O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) é um retrovírus, ou seja, tem como material genético o RNA e ataca o sistema imunológico, causando assim uma exposição grave ao indivíduo infectado. O vírus atinge principalmente os linfócitos T CD4+, mudando o DNA de origem desta célula e replicando cópias de si mesmo. A Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) é a doença causada pelo HIV, no qual compromete o sistema imunológico do indivíduo, deixando-o vulnerável a contrair doenças secundárias (BRASIL, 2022).

A transmissão pode ocorrer de diversas formas, como em relações sexuais desprotegidas, uso de seringas contaminadas e até mesmo de mãe para filho durante a gravidez. Pode-se também haver a contaminação durante o parto ou na amamentação, quando não há medidas de prevenção realizadas durante o pré-natal (OLIVEIRA et al., 2012).

O HIV/AIDS é um grave problema de saúde pública no Brasil, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade social, como o Nordeste. Neste contexto, as desigualdades sociais são fatores determinantes na caracterização desses casos. Além disso, a falta de acesso a informações e serviços de saúde de qualidade também influenciam na disseminação da doença (MELO et al., 2021).

A desigualdade social em saúde é um problema global que afeta bilhões de pessoas em todo o mundo. Infelizmente, a distribuição desigual de recursos, renda e poder tem um impacto significativo na saúde das pessoas. Em muitos países, assim como no Brasil, aqueles que vivem em áreas periféricas e com baixa renda tem maior probabilidade de enfrentar doenças e ter acesso limitado a serviços de saúde de qualidade. Além disso, as pessoas que enfrentam discriminação racial, preconceito de gênero ou de status socioeconômico também são afetadas pela desigualdade social em saúde (BARRETO et al., 2017).

No Brasil, a desigualdade no âmbito da saúde é um problema crônico, onde as disparidades são amplamente influenciadas por fatores socioeconômicos, como pobreza, raça, gênero, educação e região da residência. Essa discriminação racial e de gênero desempenha um papel impactante na desigualdade social em saúde, com

grupos minoritários enfrentando maiores riscos de doenças e menor acesso aos serviços de saúde de qualidade (SILVA et al., 2018).

Diante do apresentado, surge o seguinte questionamento da pesquisa: Quais as características socioepidemiológicas dos casos de HIV/AIDS em Alagoas? Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar as desigualdades sociais em saúde na caracterização dos casos de HIV/AIDS no estado.

Sendo assim, buscou-se o aprofundamento do tema em revistas e jornais eletrônicos, disponibilizados nos endereços da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) em março de 2023. Nestes, foram encontrados poucos estudos referentes ao tema no estado de Alagoas, demonstrando a necessidade de pesquisar as desigualdades sociais nos casos de HIV/AIDS.

Vale destacar que o presente estudo se mostra relevante para a sociedade em geral, principalmente para a alagoana, uma vez que, ao aprofundar-se sobre o tema, pretende-se fornecer subsídios para traçar estratégias para redução das desigualdades sociais em saúde.

2. Metodologia

Estudo epidemiológico descritivo, retrospectivo, de abordagem quantitativa sobre as características socioepidemiológicas dos casos de HIV/AIDS em Alagoas, relacionadas à desigualdade social em saúde entre 2010 e 2022, utilizando-se as variáveis sexo, faixa etária, escolaridade, raça/cor, categoria de exposição.

Vale destacar que o estado de Alagoas está localizado na região Nordeste do Brasil, possui uma área de 27.778.506 Km², constituído de 102 municípios e população de 3.337.357 habitantes. O estado possui a maior densidade demográfica da região. Em 2017, Alagoas apresentava uma taxa de analfabetismo de 18,2% entre pessoas de 15 anos ou mais. Em 2010, possuía o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país (ALAGOAS, 2018; PRDNE, 2019).

Para coleta dos dados da pesquisa, foram extraídas informações públicas, disponibilizadas no endereço eletrônico: <http://indicadores.aids.gov.br/index.php>, referentes ao período entre 2010 e 2022.

Após a coleta, os dados foram separados e estudados com o uso do Microsoft Excel para elaboração de gráficos e tabelas. Para a discussão, foram utilizados artigos publicados em periódicos indexados nos bancos de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), sendo empregados filtros de idioma, textos na língua portuguesa. Os descritores HIV; Desigualdade Social; Epidemiologia; foram usados, utilizando o operador booleano AND.

Por se tratar de um estudo realizado com dados públicos disponíveis para a população geral, essa pesquisa dispensou avaliação por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

3. Resultados e discussão

Foram identificados neste estudo 5.566 casos de HIV/AIDS notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), declarados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), registrados no Sistema de Controle de Exames Laboratoriais de CD4+/CD8+ e Carga Viral do HIV (SISCEL) e Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (SICLOM) no período de 2010 a 2021 no Estado de Alagoas.

No ano de 2017 houve o maior número de notificações com 624 casos (11,21%). Já em 2010, houve o menor número casos notificados, 393 casos (7,06%). Vale

destacar que, apenas, no ano de 2014, através da Portaria nº 1.271, de 6 de junho, e a Portaria nº 1.984, de 12 de setembro, a infecção pelo HIV passou a ser de notificação compulsória. Fato que justifica os menores números de casos notificados entre 2010 e 2014 em Alagoas conforme tabela 1 (BRASIL, 2023).

Quanto ao gênero, houve destaque para o masculino com 4.010 dos casos notificados (72,04%). Um estudo sobre jovens adultos portadores de HIV/AIDS descreve que em quase todos os estados nordestinos, com exceção da Bahia, predominam casos do sexo masculino (MAIA et al., 2019). Vale destacar ainda que esses dados são semelhantes quando comparados aos dados nacionais, os quais registraram 67,9% dos casos no sexo masculino (BRASIL, 2017).

Nesse estudo, a faixa etária com maior número de casos foi entre 15 e 24 anos com 12,97%. Moura e Faria (2017) trouxeram dados semelhantes, ao relatar que houve predominância importante dos casos no grupo de 20 a 39 anos e maior incidência no sexo masculino.

Tabela 1 - Casos de HIV/AIDS notificados no SINAN, declarados no SIM e registrados no SISCEL/SICLOM por ano de diagnóstico de 2010 a 2021. Alagoas, 2023.

Casos de AIDS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Homens	242	258	281	277	294	312	352	431	418	385	354	406
Mulheres	151	195	167	176	163	142	165	193	195	175	155	183
Entre 15 e 24 anos	44	40	48	49	54	61	64	94	67	74	62	65
Menores de 5 anos	18	7	9	10	13	7	6	10	2	3	3	7

Fonte: MS/SVS/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (2023).

Quanto ao nível de escolaridade dos casos de AIDS notificados em Alagoas, o destaque vai para o nível fundamental incompleto com 34,7% no ano de 2012, seguido de ensino médio completo com 24,3% no ano de 2020, conforme o gráfico 1. Comparando com o estado do Rio Grande do Norte, não há discrepância em relação aos dados de escolaridade, visto que, houve destaque para os indivíduos com ensino fundamental incompleto e em seguida para os de ensino médio completo (SOUZA et. al., 2014).

Segundo Trindade et. al. (2019), em Minas Gerais, a maior quantidade de casos foi entre indivíduos com 4 a 8 anos de estudo. Com isso, é notório que a infecção pelo HIV tem relevância na população com baixo grau escolar. Salienta-se que no início da epidemia no Brasil, pessoas com a escolaridade completa foram as mais acometidas, porém, essa realidade modificou-se ao passar dos anos, voltando-se para a classe de menor escolaridade (CRUZ et. al., 2012).

Gráfico 1 - Casos de AIDS notificados no SINAN, segundo escolaridade por ano de diagnóstico de 2010 a 2022. Alagoas, 2023.

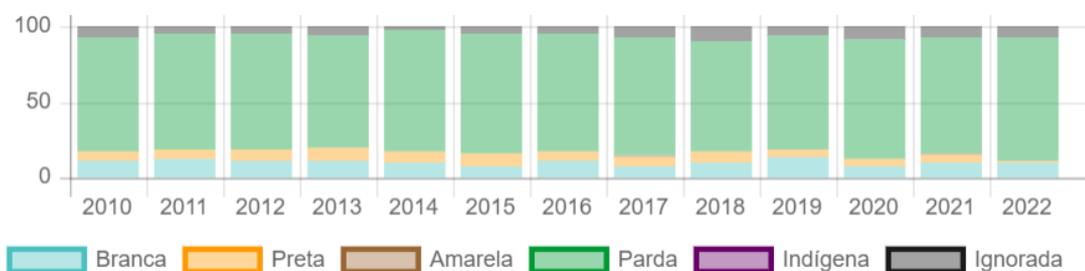


Fonte: MS/SVS/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (2023).

Quanto à variável raça/cor (Gráfico 2), houve destaque para a cor parda no ano de 2014 com 79.38% de casos notificados. Ao analisar os dados do estado do Piauí, em 2021, os casos têm a mesma prevalência quanto a raça/cor (COSTA JUNIOR et al., 2019). Dados semelhantes também foram encontrados no estudo de Trindade et al. (2019) em relação à etnia/raça, a maior prevalência ocorreu entre pardos, com 33,4% dos casos notificados.

Ao comparar Alagoas com Santa Catarina, através dos dados notificados pelo SINAN entre 2010 e 2021, podemos perceber que o estado do Sul possui maior incidência de HIV/AIDS em pessoas brancas, diferentemente da realidade alagoana, onde a maior incidência é em pessoas pardas. Isto se deve à forte miscigenação na região Nordeste.

Gráfico 2 - Casos de AIDS notificados no SINAN, segundo raça/cor por ano de diagnóstico de 2010 a 2022. Alagoas, 2023.

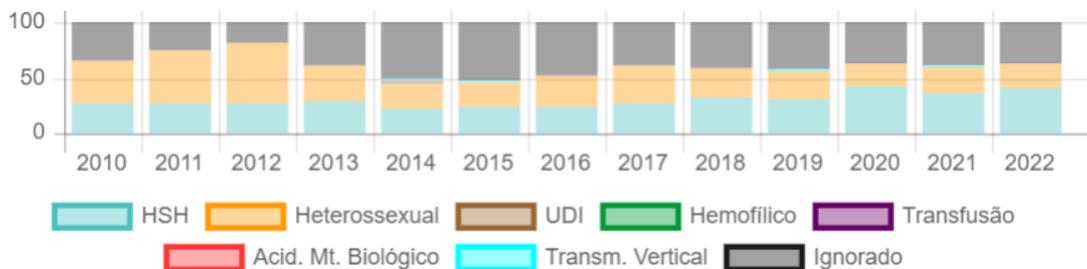


Fonte: MS/SVS/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (2023).

Quanto à categoria de exposição, destaca-se o grupo heterossexual (53.1%) no ano de 2012 e homens que fazem sexo com homens (42.8%) no ano de 2020 no estado de Alagoas. Estudo realizado no Estado de Pernambuco mostrou dados semelhantes aos deste estudo, com 86,8% de transmissão do vírus entre heterossexuais (MAIA et al., 2019).

Em Minas Gerais, estudos do período entre 1986 e 2016 apontam que a categoria de exposição mais acometida foi de relações heterossexuais. Isto se deve pela dificuldade de acordo entre os parceiros heterossexuais sobre medidas preventivas, multiplicidade de parceiros, dificuldades socioeconômicas, confiança plena no parceiro, entre outros fatores socioculturais que interferem diretamente na prevenção da infecção pelo HIV (CARDOSO et al., 2019).

Gráfico 3 - Casos de AIDS notificados no SINAN, segundo categoria de exposição por ano de diagnóstico de 2010 a 2022. Alagoas, 2023.



Fonte: MS/SVS/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (2023).

Fica claro que, os dados obtidos através dos atendimentos em saúde são extremamente relevantes para a detecção oportuna e intervenção adequada, a fim de combater as desigualdades sociais no Brasil (PENNA et al., 2008). Mas, em todos os gráficos apresentados observa-se a presença dos dados ignorados devido ao preenchimento incompleto da notificação, portanto, há variáveis que não podem ser discutidas, fato que trouxe limitações a esse estudo.

4. Conclusão

De acordo com os dados obtidos através deste presente estudo científico, conclui-se que o perfil epidemiológico dos casos de HIV/AIDS no estado de Alagoas entre os anos de 2010 e 2022, são de jovens entre 15 e 25 anos, do sexo masculino, de cor parda, com ensino fundamental incompleto e heterossexual.

Faz-se necessário que a equipe multiprofissional seja constantemente capacitada para a realização das notificações e preenchimento adequado de todos os campos. Pois houve uma porcentagem significativa de item ignorado nas variáveis analisadas neste estudo. Devido a isso, os dados públicos disponibilizados, podem não expressar com fidedignidade alguns indicadores.

Já o conhecimento do maior número de casos no sexo masculino é importante para direcionar as políticas públicas a esse público, e dar maior enfoque à saúde do homem. Além disso, o estado de Alagoas deve assegurar melhorias na qualidade de vida dos alagoanos, visto que a vulnerabilidade social é um fator determinante na incidência de casos de HIV/AIDS.

Referências

ALAGOAS (Estado). Secretaria de Estado do Planejamento. **Gestão e Patrimônio. Resenha Estatística do Estado de Alagoas** [Internet]. Maceió: SEPLAG; 2018. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BARRETO, et al. Desigualdades em Saúde: uma perspectiva global. **Ciência e Saúde Coletiva** 22(7): 2097-2108,2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2017.v22n7/2097-2108/pt>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Articulação Estratégica de Vigilância em Saúde. **Guia de Vigilância em Saúde**.

Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude .5. ed. rev. Brasília, 2022. Acesso em: 22 mai 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Vigilância Epidemiológica**, 2023. Disponível em: <http://antigo.aids.gov.br/pt-br/gestores/vigilancia-epidemiologica> Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico HIV/Aids**, 2017. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/ptbr/pub/2017/boletimepidemiologico-hivaids-2017>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CARDOSO et al. Perfil epidemiológico e análise de tendência do HIV/AIDS. **Journal Health NPEPS**. 2019 jan-jun; 4(1):153-165. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/3394/2985>. Acesso em: 06 jun 2023.

CRUZ et al. Interiorização do HIV/AIDS no Brasil: Um estudo epidemiológico. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde** n°35, jan/mar 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.13037/rbcs.vol11n35.1798>. Acesso em: 06 jun 2023.

MAIA et al. Perfil de adolescentes e jovens adultos portadores de HIV/AIDS na região nordeste brasileira entre os anos de 2004 e 2016. **Adolesc. Saúde**, Rio de Janeiro, vol. 16, n.2, p. 72-81, 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v16n2a09.pdf>. Acesso em: 05 jun 2023.

MELO et al. Tempo de sobrevida e distância para acesso a tratamento especializado por pessoas vivendo com HIV/Aids no estado de Alagoas, Brasil. **Rev Bras Epidemiol** 2021; 24: E210019.SUPL.1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/4nHDxy>. Acesso em: 22 mai 2023.

MOURA, J.P.; FARIA, M.R. Caracterização e perfil epidemiológico das pessoas que vivem com hiv/aids. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, [S.l.], v. 11, n. 12, p. 5214-5220, dez. 2017. ISSN 1981-8963. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/22815/25536>. Acesso em: 06 jun 2023.

OLIVEIRA, et al. Transmissão vertical do HIV, da sífilis e da hepatite B no município de maior incidência de AIDS no Brasil: um estudo populacional no período de 2002 a 2007. **Rev Bras Epidemiol**, 2012; 15(3): 478-87. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/VVp3wL>. Acesso em: 22 mai 2023.

PENNA et al. Influência do aumento do acesso à atenção básica no comportamento da taxa de detecção de hanseníase de 1980 a 2006. **Rev. Soc. Bra. Med. Trop.** 41 (suppl 2) 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/VLDHx4CGsr>. Acesso em: 29 mai 2023.

PITOMBEIRA et al. Pobreza e Desigualdades Sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Ciência e Saúde Coletiva**, 25(5): 1699-1708, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a>. Acesso em: 29 mai 2023.

PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE-PRDNE. Ministério do Desenvolvimento Regional. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Recife, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo>. Acesso em: 22 mai. 2023.

SILVA et al. Mensuração de desigualdades sociais em saúde: conceitos e abordagens metodológicas no contexto brasileiro. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 27(1):e000100017, 2018. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf>. Acesso em: 22 mai 2023.

SOUZA et al. Perfil dos casos de Síndrome da Imunodeficiência adquirida em um estado do nordeste do Brasil. **Rev Enferm UFSM** 2014 Out/Dez;4(4):727-738. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/15207/pdf>. Acesso em: 05 out 2023.

TRINDADE et al. Perfil epidemiológico e análise de tendência do HIV/AIDS. **J Health NPEPS**. 2019; 4(1):153-165. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/06/999663/3394-12867-2-pb.pdf>. Acesso em: 06 jun 2023.

VIEGAS, et al. Perfil Epidemiológico da AIDS em Contagem, Minas Gerais, Brasil, entre 2007 e 2011 **Rev. de Epidemiologia e Controle de Infecção** 5(3), 147-152, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia>. Acesso em: 29 mai 2023.